

Dívida federal em títulos chegará a R\$ 340 bi

Equipe econômica calcula aumento de 46% e resultado só não será pior por causa das privatizações

Sheila D'Amorim e Leandra Peres

• **BRASÍLIA.** O Governo federal deve fechar o ano com a dívida mobiliária de R\$ 340 bilhões, segundo projeções da equipe econômica. A dívida federal, que começou o ano em R\$ 232 bilhões, crescerá cerca de 46% em 98, atingindo quase 38% do PIB. O resultado só não será pior porque o Governo tem os recursos da privatização para abater parte da dívida.

Mais de R\$ 70 bi de crédito extra para a rolagem da dívida

O aumento dos juros e a diminuição do prazo dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional também obrigará o Governo a pedir crédito extraordinário de mais de R\$ 70 bilhões ao Congresso para rolar a dívida em mercado. Isso não quer dizer que o Governo estará emitindo novos papéis e elevando a dívida. Significa apenas que gastará R\$ 70 bilhões, além dos R\$ 205 bilhões que tinha no Orçamento, para fazer o resgate dos títulos que estão no mercado e pôr outros no lugar.

O pedido de crédito é necessário porque o Tesouro precisa de autorização para gastar todas as vezes em que faz um leilão. Como o prazo dos títulos foi reduzido de um ano para três e seis meses por causa da crise da Ásia e os juros dobraram, o Tesouro terá de



ALTAMIR LOPES, diretor do BC: a queda dos juros demora a refletir na dívida

fazer um número maior de leilões pagando juros mais altos e, portanto, precisa de mais recursos.

De acordo com os levantamentos feitos pelo economista chefe do Banco Pontual, Carlos Guzzo, a venda de Telebrás, Eletronorte, Chesf e Furnas, previstas para este ano, deverá render ao Tesouro cerca de R\$ 52 bilhões. Como não

serão pagas à vista, apenas parte do dinheiro poderá ser usada para reduzir a dívida. Se o Governo parcelar a venda das empresas de energia elétrica da mesma maneira que a Telebrás, ou seja, 40% à vista e o restante em dois anos, Guzzo calcula que o total usado para abater a dívida em títulos chegará a R\$ 21 bilhões este ano.

Arquivo

Com esses recursos, o Governo conseguirá que a dívida, em vez de crescer 32,9% entre março e dezembro, cresça 21,3%.

A previsão do economista para o total do endividamento do Tesouro é um pouco pior que a feita pela equipe econômica. Ele acredita que a dívida mobiliária estará em R\$ 349 bilhões em dezembro. Desse total, R\$ 37 bilhões serão gastos com juros que o Tesouro terá que pagar sobre esses papéis. Mas a maior pressão virá da renegociação das dívidas dos estados, que obrigará o Tesouro a emitir R\$ 47 bilhões em títulos.

— Se não fosse a rolagem dos estados, o crescimento da dívida pública seria de 3,5% entre março e dezembro, considerando que as privatizações ocorreriam em julho e que o pagamento seria parcelado. O que pode ajudar a reduzir a dívida é a privatização do Banespa e de outros bancos estaduais — afirma Guzzo.

Seria pior se Governo não usasse recursos da privatização

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, admite que o Governo sairá ganhando se conseguir que a dívida líquida do setor público — que inclui além dos débitos, o que União, estados e municípios têm a receber — fique igual à do ano passado, quando foi de 34,5%

do PIB. Ele lembra, entretanto, que a situação seria bem pior se o dinheiro da privatização não fosse usado para abater parte da dívida. Um dos fatores que deve favorecer o Governo, segundo Lopes, é que as operações do país com o mercado externo não deverão forçar novas emissões de títulos em grande volume.

— A redução das taxas de juros demora um tempo para se refletir na dívida. Mesmo assim teremos este ano queda considerável no custo de carregamento dessa dívida. Ainda é cedo para fazer previsões — explica Altamir Lopes.

A estabilidade da dívida em relação ao PIB é pouco provável, segundo analistas de mercado. Para o economista do Citibank, Felipe Holanda, a dívida líquida do setor público deverá fechar o ano em cerca de 38% do PIB e não 34,5% do PIB como em 1997.

Outro fator que deverá contar a favor da dívida é que as reservas internacionais não deverão crescer mais na mesma velocidade em que vinham crescendo até agora. A previsão é que os dólares que entrarem no país com as privatizações sejam neutralizados pela saída de recursos, necessária para o pagamento da dívida externa, e do dinheiro de curto prazo que deixará o país por causa das restrições adotadas recentemente pelo BC. ■